

Rui, Nabuco e a relação Brasil-Estados Unidos

*Gabriela Nunes Ferreira
Maria Fernanda Lombardi Fernandes
Rossana Rocha Reis*

Introdução

Na passagem do século XIX para o século XX, ocorrem grandes alterações na vida social, política e econômica do Brasil. O regime de trabalho escravo é abolido em 1888 e, em 1889, deixamos de ser um império e passamos a ser uma república. Em grande medida, os anos posteriores a essas transformações se caracterizam por um intenso debate sobre que tipo de país estava sendo construído, sobre o que definia e particularizava o Brasil em relação aos outros países com os quais ele se relacionava, enfim, sobre qual era o nosso projeto de nação. A definição das diretrizes da política externa brasileira evidentemente não ficou imune a essas importantes transformações. A república procurou se diferenciar do império também através de mudanças nesse setor; inicialmente se distanciando da velha Europa e buscando aproximar-se dos vizinhos sul-americanos e dos Estados Unidos, potência em ascensão.

Quando da proclamação da República, a delegação brasileira no Congresso Pan-Americano de Washington, originalmente chefiada pelo monarquista Lafaiete Rodrigues Pereira, passa para o comando do republicano Salvador de Mendonça que, seguindo as orientações do ministro Quintino Bocaiúva, adota uma posição alinhada às delegações norte-americana e argentina, contrariando a posição até então defendida pelo Império. Também são reveladores da atitude original da república a assinatura do Tratado de Reciprocidade com os Estados Unidos em 1891; a participação da marinha norte-americana na reação à Revolta da Armada em 1893 e a negociação de uma solução para a controvérsia da fronteira com a Argentina.

Aos poucos, no entanto, vai se tornando claro que a harmonização entre os interesses brasileiros, norte-americanos e sul-americanos era mais difícil do que parecia originalmente aos entusiastas da república. Um dos principais pontos de tensão da política hemisférica entre o final do século XIX e o início do século

XX foi a revitalização, por parte dos Estados Unidos, da doutrina Monroe (originalmente formulada em 1823) e, posteriormente, a elaboração do Corolário Roosevelt.

Através da doutrina Monroe, os Estados Unidos afirmavam sua intenção de proteger as Américas de qualquer tipo de intervenção por parte das potências européias. A maior parte dos analistas nos Estados Unidos e no mundo consideravam que ela se dirigia, sobretudo, a inibir a cobiça das potências européias em relação à América Central, considerada área importante do ponto de vista da segurança e do desenvolvimento econômico norte-americano. Em 1902, entretanto, com a anuência norte-americana, a Inglaterra e a Alemanha impõem um bloqueio naval à Venezuela, por falta de pagamentos de sua dívida externa. Em 1904, o Corolário Roosevelt afirmava a intenção dos Estados Unidos de intervir nos países da América sempre que estes estivessem entregues à anarquia, ou quando não fossem capazes de honrar seus compromissos externos.

Para a maior parte dos países da América Latina, a postura norte-americana expressa na Doutrina Monroe e no Corolário Roosevelt era inaceitável. A aceitação da Doutrina Monroe era considerada arriscada, em vistas da possibilidade dos Estados Unidos virem a se tornar eles mesmos um país imperialista, o que de fato acabou acontecendo. Quanto ao Corolário Roosevelt, expressava um tipo de ingerência considerado ainda mais pernicioso. A ele, os países latino-americanos opuseram a Doutrina Drago, batizada em homenagem ao seu autor, o ministro de relações exteriores argentino, que pretendia proibir os países de resolverem por meio de invasão o não-cumprimento de dívidas internacionais.

Em dissonância com o resto da América Latina, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a Doutrina Monroe e o Barão do Rio Branco era, ele mesmo, um entusiasta do Corolário Roosevelt. Na perspectiva de Rio Branco, as ameaças concretas à soberania brasileira vinham muito mais das potências européias do que dos Estados Unidos; sendo assim, a proteção norte-americana era considerada muito bem-vinda. Quanto ao Corolário Roosevelt, o ministro também não acreditava que ele pudesse ser usado contra o Brasil. Em compensação, interessava ao Brasil manter uma boa relação com os Estados Unidos, não apenas em virtude das considerações propriamente políticas, mas também porque o país vinha se tornando central para as exportações brasileiras.

A adesão à doutrina Monroe (ainda que buscando dotá-la de características multilaterais, como destacaremos a seguir) estava inserida dentro de uma política mais ampla de aproximação com os Estados Unidos denominada pelo historiador norte-americano Bradford Burns como “aliança não-escrita”. Em linhas gerais, podemos dizer que, através dela, o Brasil oferecia apoio às iniciativas norte-americanas no continente e reconhecia o papel de liderança dos Estados Unidos na América. Em troca, esperava-se que os norte-americanos oferecessem proteção ao Brasil contra as pretensões imperialistas das potências européias e o apoiassem,

ou ao menos não interferissem, na solução das questões fronteiriças do Brasil e seus vizinhos.

O funcionamento da política de aliança não-escrita estava diretamente relacionado à percepção da existência de um relacionamento difícil entre os Estados Unidos e a maior parte dos países latino-americanos. O Brasil procurou explorar essa circunstância, de um lado buscando fazer parecer aos Estados Unidos que ele era indispensável no trato com a América Latina, de outro buscando na América Latina a posição de aliado preferencial dos Estados Unidos.

O consenso em torno do legado positivo da gestão do Barão de Rio Branco frente ao Ministério das Relações Exteriores, assim como a continuidade da política de aliança não-escrita durante boa parte do século XX (pelo menos até a formulação do paradigma da política externa independente) obscurece o fato de que, entre o final do século XIX e início do século XX, havia dentro da elite brasileira uma divergência considerável em relação ao tema. É justamente esse debate que nos interessa aqui. Por meio dele podemos perceber as diferentes formas de pensar o Brasil no mundo que estavam orientando os debates públicos no Brasil no início da vida republicana, ainda que não se deva perder de vista o fato de que a posição enfim adotada pelo Brasil em relação à doutrina Monroe e ao corolário Roosevelt não possa ser desvinculada de interesses comerciais e territoriais bastante concretos. Não nos interessa aqui discutir a efetividade ou a adequação das escolhas feitas no campo da política externa brasileira, mas sim as diferentes visões de mundo que orientavam a elite política da época. Mais do que o binômio idealismo/realismo, partimos do princípio de que todos estavam preocupados com a segurança e projeção internacional do país, mas possuíam leituras diversas da realidade do Brasil e de seu lugar no mundo.

Rui e Nabuco: diferentes trajetórias e perspectivas

Muitos foram os paralelos estabelecidos entre Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Monarquistas defensores da federação, os dois acabaram por aderir ao novo regime republicano, mas de maneira diferenciada. Rui teve o que se pode chamar de uma “adesão de primeira hora”: ao perceber a inviabilidade da federação dentro da Monarquia, aderiu à República como forma de implementar o projeto federativo. Segundo Viana Filho, Rui estava “deslumbrado pela perspectiva de ação, convicto de ter chegado sua oportunidade” (1981, p.178). Sua adesão foi integral: vice-presidente do Governo Provisório, Ministro da Fazenda e elaborador da Constituição de 1891.¹

¹ A autoria da constituição é matéria controversa, mas muitos de seus contemporâneos afirmam que Rui foi a mão mais forte na redação do anteprojeto e do próprio texto constitucional. Ver Fernandes e Gremaud, 2007.

Já Nabuco não se encantou com o novo regime a princípio. A despeito de, como Rui, acreditar que a Monarquia não seria capaz de implementar a federação, Nabuco não via com bons olhos o novo regime e demorou a ingressar nos quadros republicanos, tendo o feito apenas ao final da primeira década republicana, quando aceitou ser o representante brasileiro na questão da delimitação das fronteiras com a Guiana (Alencar e Santos, 1999). Na ocasião, em correspondência trocada com Rui Barbosa, Nabuco se defendia das críticas monarquistas e justificava sua posição:

“Não aceitei o encargo que me era oferecido sem grave relutância e constrangimento, nem sem ter procurado de diversos modos afastar de mim o cálice. [...] Creia-me muito sinceramente convencido de que pratiquei, à custa do maior dos sacrifícios, o de expor-me ao juízo dos fariseus e dos publicanos, em vez de acabar, já agora, ‘no refúgio meditativo da religião e das letras’, mostro que, se morrer amanhã, não levo para o túmulo somente um espírito monarquista e liberal, levo também um coração brasileiro” (carta de 14 de março de 1899, in: Alencar e Santos, 1999, pp. 32-33).

A partir da gestão do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores, os dois passaram a ter um papel importante na formulação e na gestão da política externa brasileira. Nabuco tornou-se embaixador em Washington, onde faleceu em 1910. Rui, com papel destacado na política interna (onde foi vice-presidente do Senado e candidato a presidência da República em duas oportunidades), foi designado o representante brasileiro na Conferência de Haia, episódio que lhe rendeu a fama – para o bem e para o mal.

Nosso objetivo específico neste texto é mostrar as diferentes posições de Rui e Nabuco em relação aos Estados Unidos e à aproximação com este país em termos de política externa. Dois episódios são importantes para se entender essa questão: a Conferência Pan-Americana de 1906, ocorrida no Rio de Janeiro, e a Conferência de Paz de Haia, em 1907. Nesses dois momentos fica clara a divergência existente entre Rui e Nabuco, divergência essa que se expressou por meio de circulares internas, artigos e cartas trocadas pelos dois. Os episódios servem de mote para a exposição de duas concepções divergentes em relação à política internacional e à percepção da posição norte-americana no cenário latino-americano e mundial. Enquanto Nabuco opera uma verdadeira “conversão” aos Estados Unidos, Rui mostra-se cauteloso com a aproximação e questiona a validade de um alinhamento automático à potência do norte. As dúvidas de Rui dizem respeito principalmente à Doutrina Monroe e sua aplicação à América Latina.

A nomeação de Nabuco para a primeira embaixada brasileira em Washington, a princípio, não foi vista com bons olhos sequer pelo agraciado.

Como afirma Ângela Alonso, “jamais cogitara os Estados Unidos, como resmungara a Graça Aranha, em 16 de novembro [de 1903]: ‘Washington é um duplo desterro, porque se está longe do Brasil e da Europa. [...] Não tenho entusiasmo algum pela idéia de ir lá acabar minha carreira.’”(Alonso, 2007, p.311) Nabuco havia perdido a batalha na questão das Guianas, mas sonhava de qualquer maneira com um posto na Europa. A designação para os Estados Unidos foi vista como uma “promoção para baixo”. No início de sua estadia eram freqüentes as reclamações (Alonso, 2007), mas cedo Nabuco percebeu a centralidade que seu cargo poderia obter numa nova ordem internacional em que os Estados Unidos ocupassem papel central. A adoção do monroísmo seria a opção para o Brasil se diferenciar dos demais países da América Latina. Nesse sentido, Brasil e Estados Unidos tinham uma série de aproximações que os afastavam do resto do continente. Segundo Pereira (2006), “contribuindo para o Brasil aproximar-se dos Estados Unidos [...] estaria a condição de isolamento de ambos, cada qual numa porção do continente.” (p.143).

A primeira tarefa de Nabuco como embaixador em Washington foi a preparação da Terceira Conferência Pan-Americana, que se realizaria em julho de 1906 no Rio de Janeiro. Os esforços de Nabuco contribuíram para que a conferência viesse para o Brasil, já que Venezuela e Argentina também pleiteavam a sede. Mais ainda, a presença do Secretário de Estado norte-americano Elihu Root mostrava a importância do país para os EUA. Nabuco, como era seu feitio, atribuiu a presença ao seu relacionamento com o secretário. Paulo Pereira (2006), entretanto, afirma que “Nabuco [...] nada teve a ver com a indicação formal e iniciativa do secretário de Estado de vir ao Brasil” (p.94). Na ocasião, Rui Barbosa era vice-presidente do Senado e relutou em discursar na homenagem ao norte-americano, mas acabou cedendo aos pedidos de Nabuco.

A relutância de Rui ilustra as diferentes posições assumidas pelos dois personagens na construção da relação com os Estados Unidos. O significado da vinda de Root ao Brasil e o seu papel central na revitalização da Doutrina Monroe oporia Rui e Nabuco, sendo que essa oposição ficaria ainda mais clara no ano seguinte, quando da Conferência de Haia, em que Rui acabou liderando a missão brasileira em detrimento de Nabuco, tomando uma série de posições que não se alinhavam aos Estados Unidos, como o último desejaria.

A Terceira Conferência Pan-Americana e a Doutrina Monroe

As primeiras conferências pan-americanas haviam ocorrido em 1889-1890 e 1901-1902, em Washington e na Cidade do México, respectivamente. Venezuela, Argentina e Brasil pleiteavam a realização da terceira, que acabou ocorrendo no

Rio de Janeiro. Como nas anteriores, houve toda uma rodada de preparação da qual participaram os emissários dos países latino-americanos e dos Estados Unidos. Essas reuniões preparatórias ocorreram em Washington e tinham como função “limpar o terreno” de assuntos controversos, para que a conferência em si se realizasse de maneira mais tranqüila e consensual.

Um dos pontos de conflito potencial era a chamada Doutrina Drago. Luís Drago, ministro das Relações Exteriores argentino questionava a ação constrangedora dos credores venezuelanos em 1902, alegando que dívidas não poderiam ser cobradas à força. O assunto era delicado e Nabuco queria evitá-lo a qualquer custo. Segundo ele, “o programa do Brasil na conferência é promover a harmonia e nada mais. O nosso partido nele é do bom humor e da boa vontade. Esse deve impor a lei aos provocadores de barulhos e aos que inutilizam os esforços dos outros para mostrar ao mundo uma América unida.” (carta a Rio Branco, 29;4;1906 *apud* Pereira, 2006, p. 95).

Mais ainda, a postura de Nabuco em relação à Doutrina Drago era francamente contrária: alegava que a defesa de tais idéias poderia ser confundida com leniência em relação a devedores. Um outro fator importante para o Brasil era a posição da Argentina frente aos Estados Unidos: seu afastamento contribuía para aumentar a importância brasileira como parceiro principal dos EUA na América do Sul. A querela em torno da Doutrina Drago explicitava ainda mais essa questão.

A conferência teve lugar entre julho e agosto de 1906 e de fato os “temas quentes” foram deixados de lado. Elihu Root compareceu, o que contribuiu para formar a imagem de atrelamento automático do Brasil aos Estados Unidos, como defendia Nabuco. Rio Branco havia convidado Rui Barbosa para ser o representante do Brasil na conferência, mas este declinou do convite alegando problemas de saúde. Ciente da importância da presença de Root, Nabuco envia carta a Rui pedindo para que ele, ao menos, fosse o orador no Congresso na ocasião:

“Nos Estados Unidos o Congresso, como V. sabe, tem feito raras sessões especiais em homenagem ou honra a estrangeiros ilustres [...] Não seria possível fazer-se o mesmo aqui e ser V. o orador do Congresso para essa ocasião? Ou pelo menos, se as duas Casas não se reunirem, o do Senado? Só V. com a sua eloqüência poderia elevar-se à altura da manifestação e traçar o perfil da democracia americana, do seu papel na história da civilização, mostrando ao mesmo tempo que a política da aproximação, da liga dos nossos dois países não é desta administração somente, mas da futura e de todas que se hão de seguir em nossa história.” (carta de 21/07/1906, in Alencar e Santos, 1999, pp. 36-37).

Rui responde à missiva reiterando seus problemas de saúde e alegando “timidez” para se esquivar da recepção a Root. Afirma, em carta dirigida a Nabuco no dia seguinte, que sempre foi muito simpático aos Estados Unidos, tendo se alinhado entre os admiradores da democracia americana ainda estudante. Afirma ainda que sua admiração pelos EUA precedeu sua admiração pela Inglaterra e que louvava os esforços de Nabuco em estreitar os laços com o país: “Já vê que o aplaudo na sua campanha pela conquista dessa amizade. Mas a palavra de porta-voz do Congresso, que V. quer me dar, a outrem deve caber. Sinceramente não me sinto com a coragem para tão amplo teatro.” (carta de 22/07/1906, in Alencar e Santos, 1999, pp. 38-39).

A tentativa de Rui de se esquivar do papel de “porta-voz” também já era um sinal das divergências em relação ao antigo companheiro de lutas liberais e abolicionistas. Se Nabuco orgulhava-se de ser um “monroísta”, Rui tinha uma postura crítica em relação à aplicação da Doutrina Monroe e, principalmente, ao Corolário Roosevelt. Em artigos publicados em 1901, Rui eleva o tom em relação aos Estados Unidos e à Doutrina Monroe, acusando-a de servir apenas aos interesses norte-americanos e de sujeitar os países da América Latina ao arbítrio da nação do norte. Segundo ele, desde o seu nascedouro, a Doutrina dizia respeito apenas aos interesses norte-americanos de afastar os europeus do continente e justificava as ações intervencionistas e imperialistas do EUA. Nesse sentido, não havia uma mudança de postura do país em relação aos ideais de 1823 com o Corolário Roosevelt, já que sempre foi essa a intenção dos norte-americanos:

“Quem ler com atenção aquele documento memorável, certificar-se-á de que a doutrina por ele arvorada em lei internacional gira sempre em torno dos interesses ou direitos do Governo de Washington, e não menciona senão acessoriamente os direitos ou interesses das repúblicas latinas. Mas se fosse lícito entendê-lo de outro modo na sua letra, perante a sua história cessariam de todo em todo as suas dúvidas possíveis; porque não houve caso, em que os Estados Unidos não abrissem mão da famosa *doutrina*, quando ela contrariava a conveniência deles, ou quando a das nações hispano-americanas em antagonismo com a Europa não se entrelaçava com a da república ianque.” (“A doutrina de Monroe” in Barbosa, R. *Obras Completas*, vol. XXVIII, tomo III, p75 – edição online)

No mesmo artigo mostrava como, em 1870, os Estados Unidos pretendiam anexar a República Dominicana com a justificativa da ameaça européia e mostrava como a atuação da Câmara dos Representantes do país acabou obstando o projeto imperial. No artigo seguinte, mais extenso, Rui Barbosa explicita as intenções norte-americanas desde 1823 dando voz a uma série de atores políticos que enumeravam e justificavam as ações norte-americanas ao

longo do século XIX. Mostra como os “ianques” tinham por objetivo a anexação da América do Norte e Central e como a doutrina servia aos seus interesses, para concluir efetuando a “síntese” da doutrina Monroe:

“Eis, a *doutrina* de Monroe! Isto é, se a Europa quiser ser estorvo à nossa expansão pela América Setentrional e pela América Central, a doutrina de Monroe servirá de trincheira, não aos Estados ameaçados contra a absorção, mas para os Estados Unidos, para os absorverem sem obstáculos. Ora, avante doutrina de Monroe! Não é por falta de transparência e franqueza que pecarás.” (“Vã Confiança” in Barbosa, R. *Obras Completas*, vol. XXVIII (1901), tomo III, pp. 80-81 – edição online)

A crítica ao monroísmo é bastante ácida e continua com o mesmo tom ao longo do artigo. Rui ainda afirmaria que a doutrina, a partir de 1826, com o fim da Santa Aliança, perdeu o seu significado original (ou pretensão significado) para adquirir o que se mantém e se reforça ao longo do século XIX, qual seja, “um instrumento de indefinida elasticidade” (idem, p.85) nas mãos norte-americanas, que não tem nenhum tipo de restrição à anexação de quaisquer territórios no continente americano (e fora dele também, como lembra Rui no caso do Havaí). Conclui então que, “A mensagem de 1823, dificultando às ambições européias o acesso a este continente, nada absolutamente diz, ou insinua, *contra a absorção dele pelos Estados Unidos*. Eis o que sempre foi o princípio de Monroe, *desde a sua origem*.” (p.86).

Ao contrário de Rui, naquele mesmo ano de 1901 Nabuco já manifestava em cartas a sua conversão ao monroísmo. A Tobias Monteiro, pedia que dissesse ao presidente Campos Sales que não havia no serviço diplomático brasileiro “maior monroísta do que eu”, uma vez que “se não fosse o espantinho norte-americano, a Europa já estaria tratando a América do Sul como a China, a Ásia e a África” (apud. Evaldo Cabral de Mello (prefácio). In Joaquim Nabuco. *Diários*, Vol 2, p.150). Essa conversão fora, no entanto, tardia, já que na década de 1890 Nabuco ainda escrevia textos inflamados contra o intervencionismo norte-americano (sobre o episódio da Revolta da Armada), e exaltava a tradição imperial, marcadamente européia, em seu *Um Estadista do Império*. Só quando, depois de uma década de luto guardado pela monarquia, começou a apoiar o novo regime, os Estados Unidos passaram a ser vistos com outros olhos. Como embaixador em Washington, Nabuco adotou o monroísmo como causa. Em 12 de dezembro de 1905, anotava em seu diário: “Quero tornar o Congresso um grande sucesso e a visita do secretário de Estado um grande acontecimento. Para nós a escolha está entre monroísmo e a recolonização européia”. (*Diários*, Vol 2, p. 346).

Não é de estranhar a relutância de Rui em aceitar receber Root no Congresso

Pan-Americano. As divergências em relação a Nabuco e sua conversão entusiasmada à política norte-americana eram grandes – e ficariam ainda mais visíveis em Haia. Mas o fato é que Rui acabou se tornando o orador da sessão que recebeu Elihu Root no Congresso em 02 de agosto de 1906. O Secretário de Estado norte-americano já se encontrava no país havia oito dias quando foi recebido pelo discurso laudatório de Rui Barbosa, que enfatizou as relações existentes entre os países e entre a América como um todo. Como todo discurso feito para a ocasião, era marcado pela profusão de elogios, referências aos grandes do passado, comparações de Root com antigos secretários, e loas à organização política norte-americana, modelo da federação ainda imperfeita brasileira. Rui enfatiza a importância da presença de Root e da amizade dos EUA e do Brasil, e principalmente ao papel norte-americano na defesa e propagação do “direito, da democracia e da civilização” (Barbosa, R. *Obras Completas*, vol. XXXIII (1906), tomo I, p.72 – edição online) A única referência, se bem que bastante tênue, às questões das intervenções norte-americanas no continente e sua relação com os demais países aparecem em passagem no passado:

“Entre eles e nós se interpunha, bruta e sombria, a muralha de prevenções e suspeitas, com que a fraqueza, naturalmente, imagina abrigar-se e proteger-se da força. Mas essa muralha se fende, vacila e começa a ruir, sob a ação do solo e da atmosfera, ao influxo dos sentimentos despertados por este grande movimento da política dos Estados Unidos para com as outras repúblicas americanas.” (p.71)

A postura um pouco reticente de Rui Barbosa diante da Conferência foi secundada pela do próprio Barão do Rio Branco, que orientou Nabuco a não se comprometer com os Estados Unidos através de alianças formais e, no discurso de abertura, fez questão de lembrar a dívida dos países do Novo Mundo em relação à Europa:

“Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social (...) Ela [a Europa] nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso” (citado em Lins, 1995, pp. 323-324).

A conferência encerrou-se em agosto sem muitas resoluções substanciais. Questões mais espinhosas – como a questão do arbitramento e a da cobrança forçada de dívidas – ficaram para a Conferência de Haia, que se realizaria no ano seguinte e que colocaria novamente em oposição as concepções de Nabuco e Rui em relação aos Estados Unidos e o relacionamento com o Brasil.

A Conferência de Haia

Desde seus preparativos, a Segunda Conferência de Paz de Haia colocou Rui Barbosa e Joaquim Nabuco em rota de colisão. Rio Branco, que originalmente havia convidado Nabuco para chefiar a delegação do Brasil, posteriormente convidou para o mesmo posto Rui Barbosa, então vice-presidente do Senado.² A Nabuco ficou o convite para participar como segundo colocado. Nabuco declinou, e expressou em cartas seu descontentamento com a situação e especialmente com a atitude de Rio Branco:

“Nenhuma nação mandou a Haia na Primeira Conferência um embaixador como segundo delegado. E depois o presidente da Conferência Pan-Americana do Rio, segundo na delegação do Brasil a Haia, que desprestígio para aquela conferência...(…) Que fiz eu a esse homem [Rio Branco]? Tive a infelicidade de ser nomeado Ministro em Londres pelo dr. Campos Sales, sem a legação lhe ser oferecida a ele. Quando ministro, sua primeira idéia foi tomar-me a minha Legação, oferecendo-me a de Roma. Somente para tirar-me de Londres, criou esta Embaixada [em Washington]. Agora nem mesmo quer que eu a ocupe tranquilamente (...)” (Carta a Graça Aranha de 4/03/1907. In: Joaquim Nabuco. *Diários*, Vol. 2, p. 396).

Rui Barbosa ainda insistiu com Nabuco para que aceitasse secundá-lo em Haia, mas Nabuco alegou motivos de saúde para recusar o convite. Mesmo assim, às vésperas da abertura da Conferência, o embaixador em Washington partiu para a Europa a pretexto de realizar tratamento médico, e procurou colaborar com Rui Barbosa na preparação dos trabalhos. De Paris, em 13/06/1907, encaminhou-lhe “notas confidenciais” em que dava detalhes sobre os delegados à conferência, traçando-lhes minuciosamente o perfil e apontando possíveis estratégias e parcerias. Gonzalo Quesada, por exemplo, embaixador de Cuba em Washington, era apontado como um ótimo informante e “bom aliado do Brasil entre a Hispano-América” (In Alencar e Santos, 1999, p. 51). Sobre o delegado português, informava, mordaz:

“O Barão de Selir (sobre quem se fez *à tort* o epigrama *il ne sait lire ni écrire*) é muito relacionado entre a velha aristocracia holandesa, esteve no Rio, é irmão do meu amigo Visconde d’Alte, meu colega em Washington, coleciona porcelanas brancas e é um grande sportman, no sentido de apostador em

² Ao que parece havia uma campanha na imprensa pela indicação de Ruem detrimento de Nabuco. Oliveira Lima, ainda em 1906, referia-se assim à necessidade da escolha de Rui e não de Nabuco: “...ali saberia dar maior relevo ao seu nome e, em tal caso, a seu país. [...] Por isso não mandem, pelo amor de Deus, um que, da ciência diplomática, só haja aprendido o capítulo festeiro.” (Oliveira Lima *apud* Lacombe, 1978, p.45)

corridas (...) Talvez ele fosse o melhor auxiliar seu no que respeita à própria Holanda e ao corpo diplomático as Haia” (In Alencar e Santos, 1999, p. 53).

Depois de passar por Paris no começo de junho, Rui Barbosa seguiu para Haia onde se iniciaram os trabalhos da Conferência. Nas primeiras questões discutidas, o delegado brasileiro alinhou-se às posições da delegação dos Estados Unidos, suscitando os aplausos de Nabuco, que lhe escrevia em 29 de junho:

“Pelo *Figaro* de hoje vejo que V. já se revelou e estimo particularmente que começasse apoiando Mr. Choate. Nada pode fazer-nos tanto bem em Washington como sustentarmos os delegados americanos nas suas iniciativas para fazer o Direito das Gentes dar passadas de gigante nessa Conferência” (In Alencar e Santos, 1999, p. 57).

A alegria de Nabuco duraria pouco. Logo Rui Barbosa se distanciaria da posição norte-americana em duas questões principais: a criação de um tribunal internacional de presas marítimas e a organização da justiça arbitral. Na primeira questão, as delegações das quatro maiores potências marítimas da época – Alemanha, Estados Unidos, França e Grã-Bretanha – propuseram um projeto conjunto que estabelecia um tribunal permanente composto de quinze membros, dos quais oito seriam indicados pelas oito maiores potências marítimas, e sete escolhidos segundo um processo intrincado de rodízio entre as demais nações. Orientado por Rio Branco, Rui Barbosa se posicionou fortemente contra o projeto, que afirmou atender somente aos interesses das grandes potências. Do ponto de vista dos números do comércio marítimo, argumentou ele ainda, o Brasil estaria acima de sete países europeus beneficiados pelo projeto.

Apesar dos esforços de Rui Barbosa, o projeto foi aprovado com 26 votos a favor, 2 contra (Brasil e Turquia) e 15 abstenções. O tribunal de presas, no entanto, nunca chegaria a se constituir (Barbosa, R. *Obras Completas*, vol. XXXIV (1907), tomo II, prefácio – edição online). De seu retiro na Europa, Nabuco tentava acompanhar os acontecimentos e escrevia a Rui Barbosa, parabenizando-o e mandando-lhe suas impressões:

“V. pode avaliar a satisfação que os seus triunfos me têm causado e o prazer com que vejo a repercussão deles em nossa terra(...) Simpatizo com a delicada situação em que V. se vê, forçado a combater por melindre nacional o acordo a que chegaram as grandes Potências sobre o Tribunal de Presas e espero que seja possível uma transação que o satisfaça. Compreendo que sua oposição nesse ponto foi sobretudo de princípio, com medo, ou na previsão, de que, votado sem reparos o sistema de “rotação” para as Presas, se torne inevitável a ampliação dele ao Tribunal Arbitral. Ora neste as grandes Potências não são mais interessadas do que as menores, elas podem ter maior tonelagem, mas

não têm mais litígios. O sistema de rotação é a mais pobre invenção que tenho visto, sobretudo tendo-se que classificar as nações em seis categorias”.

Na mesma carta, ele manifestava estranhamento com a direção tomada pela delegação americana: “Ela parece ter perdido de vista o nosso Continente, preocupada somente do acordo com as Grandes Potências” (Carta de 26,08,1907. In Alencar e Santos, 1999, p. 60).

A questão da criação de um tribunal arbitral permanente foi a que causou divergências mais drásticas entre as delegações do Brasil e dos Estados Unidos. Elaborado com a ajuda da Alemanha e da Grã-Bretanha, o projeto norte-americano previa a instituição de um tribunal composto de 17 juizes, dos quais nove seriam indicados pelas oito potências da época e mais a Holanda, sendo os oito restantes nomeados por oito grupos de nações – um desses composto pelas dez repúblicas da América do Sul.

Rio Branco recorreu a Root, que acenou com a possibilidade de conseguir um lugar de destaque para o Brasil no projetado tribunal. Em uma série de discursos, no entanto, Rui Barbosa defendeu intransigentemente o princípio da igualdade das nações soberanas: no dia 20 de agosto, declarou oficialmente a posição brasileira: o governo do Brasil não subscreveria projeto algum que não tivesse por base a igualdade dos Estados. O delegado brasileiro tornara-se o defensor dos países mais fracos contra os fortes. Com essa atitude, apoiada pelos delegados da América do Sul, Rui Barbosa conseguiu provocar o bloqueio do projeto norte-americano e virou herói nacional.

Nabuco acompanhou os passos de Rui Barbosa com grande preocupação. Via sua política de aproximação com os Estados Unidos esvaindo-se, embora reconhecesse que a delegação americana provocara o distanciamento: “O Choate realmente tratou-nos mal e agora compreendo a natural irritação de Rio Branco”, escrevia ele a Evelina. (in: Nabuco, Joaquim. *Diários*, v.2, 2005). A Rui Barbosa, escreveu uma carta que bem revelava a sua visão sobre os interesses brasileiros e os acontecimentos de Haia:

“Escrevi ontem longa carta a Rio Branco. Meu desejo é que o recebam pelo brilho e culminância intelectual que V. deu à representação do Brasil entre as nações, mas que o não queiram identificar, encarnando em V., com o princípio da igualdade absoluta de todos os Estados nas fundações internacionais. Quase não tenho coragem por causa dele de ir ao nosso Bureau onde a ilha de Haiti vale mais do que o Brasil, anula o nosso voto com as suas duas republiquetas. Eu sei que V. pensa como eu. A nossa política na Haia foi toda de ocasião, em defesa própria, para evitar que nos amesquinhassem, mas desde que pensam em engrandecer-nos não devemos dizer que não entramos onde não entram também S. Domingos e Haiti. Tudo o que

devemos apurar, e de que nos devemos orgulhar, é a reputação de alta cultura que V. criou para o Brasil” (carta de 22/10/1907. In: Alencar e Santos, 1999, p. 72).

Nabuco nunca desistiu de tentar restabelecer a amizade entre Brasil e Estados Unidos ao patamar anterior a Haia. Pediu a colaboração de Rui Barbosa, aconselhando-o a ir aos Estados Unidos. Rui declinou, o que parecia se tornar uma constante.

Os resultados práticos de Haia foram poucos, mas Rui voltava ao Brasil como “herói nacional”, festejado pela imprensa e reconhecido como um porta-voz das nações menos favorecidas, principalmente do continente americano. A atuação “independente” em relação aos Estados Unidos havia provocado uma série de críticas na imprensa norte-americana, o que deixara Rui bastante insatisfeito. Não havia porque aceitar o convite que Nabuco intermediava.

Com o fim de Haia, Rui voltava ao Senado e deparava-se com a redação do Código Civil; Nabuco permanecia em Washington, numa embaixada que já não tinha o mesmo protagonismo de outrora e via seu esforço na construção de uma relação mais próxima com os Estados Unidos esvair-se em detrimento de uma construção alternativa arquitetada por Rio Branco, eterno ministro republicano das Relações Exteriores.

* * *

Diferentemente de Rui Barbosa, Nabuco aderiu à república tardiamente e tomou o monroísmo como causa quando no Brasil o entusiasmo pelos EUA, sustentado por muitos dos republicanos de primeira hora, já começava a arrefecer. O que explicaria o fato do “monarquista” Nabuco acabar defendendo uma posição muito mais pró-Estados Unidos do que o jurista liberal Rui Barbosa? Se Rui Barbosa confiava nas instituições para “moldar um povo”, Nabuco acreditava que o mais importante era destacar e diferenciar o Brasil em relação aos seus vizinhos latino-americanos. A grandeza brasileira poderia ser comparável à grandeza norte-americana, ainda que tivesse mais afinidade pelo regime político da Inglaterra. Por isso, Nabuco tinha aversão às propostas de cooperação e integração regionais na América do Sul, como a proposta de união ABC (Argentina, Brasil, Chile). Defendeu até os seus últimos dias a posição de liderança do Brasil na América do Sul e nunca renunciou a salientar a singularidade do Brasil na região (Conferências sobre Camões)³. Como observa Stephanie

³ Em carta a Rui Barbosa, falava sobre uma conferência em Yale sobre Camões: “Chamando atenção para a grandeza de Camões e dos *Lusíadas*, procuro mostrar aos americanos que a nossa língua não é um dialeto da espanhola” (Carta de 11/04/1908. In Alencar e Santos, 1999, p. 80)

Dennison (2006), se para Nabuco os Estados Unidos deveriam ser o “presidente” das Américas, ao Brasil deveria caber a vice-presidência. Seu pendor algo aristocrático contra as “republicuetas” da América do Sul e da América Central, tão bem manifestado em Balmaceda (1895), nunca arrefeceu.

Rui Barbosa, que nos anos finais do Império participou do mesmo grupo político de Nabuco, aderiu à República de início e participou da montagem de seu arcabouço institucional, fortemente inspirado nos Estados Unidos. Embora não fosse um americanista entusiástico como outros setores republicanos (Alonso, 2002), via os Estados Unidos como modelo para o progresso. Mais do que qualquer coisa, no entanto, Rui Barbosa era um representante do liberalismo jurídico, admirava as instituições mais do que a “civilização norte-americana”, e em grande medida considerava mesmo que o comportamento norte-americano em relação aos países da América Latina ia no sentido contrário dos ideais encarnados em suas instituições.

Referências

- ALENCAR, José Almino de e SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. (1999). *Meu caro Rui, meu caro Nabuco*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- ALONSO, Ângela. (2002) *Idéias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ALONSO, Ângela. (2007) *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia das Letras.
- BARBOSA, Rui. *Obras Completas*, vol. XXVIII (1901), tomo III – edição online (www.casaruibarbosa.gov.br)
- BARBOSA, R. *Obras Completas*, vol. XXXIII (1906), tomo I, – edição online (www.casaruibarbosa.gov.br)
- BARBOSA, R. *Obras Completas*, vol. XXXIV (1907), tomo II – edição online (www.casaruibarbosa.gov.br)
- BURNS, Bradford (2003). *A aliança não-escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC.
- DENNISON, Stephanie (2006), *Joaquim Nabuco: Monarchism, Panamericanism And Nation-building in the Brazilian Belle Epoque*. Bern: Peter Lang Publishing
- FERNANDES, M.F.L. e GREMAUD. (2007), A. P. *A constituinte de 1890 e a idéia de Federação*. Caxambu: Anpocs, 2007 (www.anpocs.org.br)
- LACOMBE, A.J. (1978). *À sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LINS, Álvaro (1995). *Rio Branco: biografia*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- MELLO, Evaldo Cabral de. (2005). “Prefácio” in: NABUCO, Joaquim. *Joaquim Nabuco: Diários (1889-1910)*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi produções literárias. Vol 2
- NABUCO, Joaquim. (2008). *Balmaceda- a revolução chilena de 1891*. São Paulo: Cosacnaify.
- NABUCO, Joaquim (1997). *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks. (2v)

- NABUCO, Joaquim. (2005). *Joaquim Nabuco: Diários (1889-1910)*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi produções literárias. Vol 2
- PEREIRA, Paulo José dos Reis (2006). *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec.
- VIANA FILHO, Luís. (1981). *Três Estadistas: Rui-Nabuco-Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC.

Resumo

Em artigo escrito em 1901, Rui Barbosa alertava para a revitalização da Doutrina Monroe e seu significado para o Brasil e para a América Latina: instaurava-se uma nova forma de domínio, o norte-americano, sobre a região. A despeito de sua admiração pelos EUA, Rui se colocava de maneira crítica em relação às pretensões hegemônicas da potência do norte e ao tratamento subalterno que deferia aos países latino-americanos – posição defendida com vigor em Haia, em 1907. Nesse momento, Joaquim Nabuco era embaixador do Brasil nos Estados Unidos e, diferentemente do último, via a aproximação com os EUA como desejável e necessária. O presente texto busca analisar as diferentes posições de Rui e Nabuco sobre a relação entre Brasil e Estados Unidos nesse período, relação entendida como central na estratégia de construção da identidade internacional do Brasil e sua inserção no mundo.

Abstract

This article aims to analyse the different views of Rui Barbosa and Joaquim Nabuco on the relationship between Brazil and United States in the beginning of the XX century. Both authors considered this relation to be central in the construction of the Brazilian identity in the world. However, Joaquim Nabuco, the first Brazilian ambassador in the US, considered the approximation of the two countries as both useful and desirable. Rui Barbosa, on the contrary, in an article from 1901, warned Brazil and Latin America of the risks that the revitalization of the Monroe Doctrine represented to the region: a new form of political domination. Despite Barbosa's appreciation for the United States, he was very critical of the country's behavior towards Latin America – its hegemonical intentions and the subaltern treatment of the Latin American countries – position that he energetically sustained in Haia, in 1907.

TEXTO RECEBIDO E APROVADO 0EM MARÇO DE 2010.

